



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

ATA DA REUNIÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2025, ÀS 16H, NO PLENARINHO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezesseis horas, reuniram-se membros das Comissões Permanentes, representante do Poder Executivo, servidores da Casa e demais vereadores, a fim de discutirem acerca dos Projetos em tramitação, a reunião iniciou com a apresentação do convidado Ricardo Raphael Gaijuti, responsável pelo Departamento de Fiscalização de Posturas da Prefeitura Municipal, a fim de discutir as propostas legislativas que buscam alterar a Lei Municipal nº 1.595, de 10 de fevereiro de 1977 – Código de Posturas Municipal, cada qual com seu autor e objetivo, sendo elas, o Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 2/2025, de autoria do vereador Emerson Pereira, que altera a redação do § 2º do art. 497, a fim de alterar o prazo máximo de 8 (oito) dias para o mínimo de 15 (quinze) dias para o cumprimento da intimação interposta pela fiscalização de posturas do município, objetivando conceder um prazo mais razoável para que os munícipes se adequem às exigências determinadas, o Projeto de Lei Complementar nº 3/2025, de autoria do vereador Walter José dos Santos, que traz uma exceção à proibição do art. 362, ao acrescentar o §3º e permitir às quitandas e pequenas mercearias a exposição de suas mercadorias do lado de fora de seus estabelecimentos comerciais, desde que obedeçam a alguns requisitos, que garantirão a limpeza, a organização e o bom trânsito público no local e por fim, o Projeto de Lei Complementar nº 4/2025, de autoria do vereador Chandelly Protetor, que acrescenta ao art. 327 a proibição do proprietário de animais utilizados em carroças em circular com tais veículos entre o horário das 10h às 16h dentro do perímetro urbano, bem como as penalidades em caso de descumprimento, permanecendo elas em aguardo de mais discussões e de seus pareceres, lembradas as propostas legislativas, o senhor Ricardo Raphael Gaijuti informou que, quando ao Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 2/2025, de autoria do vereador Emerson Pereira, a fiscalização não se importa com a alteração do prazo, no entanto, essa cumprirá com o for determinado em lei, podendo o novo prazo atrapalhar situações que envolvam, por exemplo, pedido de regularização a restaurantes ou terrenos com mato alto, realizadas demais ponderações, o vereador autor solicitou a apresentação de uma emenda modificativa, alterando o prazo proposto de 15 (quinze) dias para 10 (dias), a fim de não comprometer o trabalho da Administração Pública, mas ainda concedendo um prazo mais razoável ao munícipe, em ato contínuo, por não haver mais nada a ser discutido, os respectivos pareceres foram exarados pelo prosseguimento, sendo indicado que o mérito e a viabilidade sejam analisados pelo Plenário desta Casa de Leis, em seguida, o representante da Fiscalização de Posturas afirmou que, quanto ao Projeto de Lei Complementar nº 3/2025, de autoria do vereador Walter José dos Santos, discorda da inclusão da exceção, uma vez que esta poderá abrir precedente a outros estabelecimentos que queiram a mesma permissão, afirmou ainda que, nos termos em que se encontra a redação proposta, nenhuma quitanda ou pequena mercearia será contemplada com o benefício, haja vista que a grande maioria das calçadas não possuem 2 metros, logo depois, o senhor Ricardo informou que já no Projeto de Lei Complementar nº 4/2025, de autoria do vereador Chandelly Protetor, não vislumbra qualquer óbice para não prosseguir, embora a Procuradoria Legislativa solicitou tempo para estudar a possibilidade de tramitação de um projeto apresentado por vereador que agora encontra-se licenciado, após demais ponderações e por ainda necessitar de mais discussões, esses últimos permaneceram em aguardo de seus respectivos pareceres, dispensado o representante da Prefeitura Municipal, a reunião prosseguiu com a informação de que os Projetos de Lei de denominação nºs 5 e 29/2025, de autoria, respectivamente, dos vereadores Daniel David e Serginho da Farmácia encontram-se aptos para apreciação, logo após, informou-se que o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 23/2025, de autoria da vereadora Débora Romani, que dispõe sobre a proibição da pichação em muros, monumentos, placas ou qualquer propriedade pública ou privada no âmbito do

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

município de Votuporanga e dá outras providências, por ter realizado as alterações recomendadas, recebeu seu respectivo parecer pelo prosseguimento, seguidamente, foi apresentado o Projeto de Lei nº 28/2025, de autoria do vereador Wartão, que institui o programa de recuperação fiscal – REFIS no município de Votuporanga, no exercício de 2025, acompanhado de sua Emenda Modificativa nº 1, que altera o prazo para adesão ao programa disposto no art. 2º e Emenda Substitutiva nº 2, que substitui a redação do art. 7º para que fique consoante ao Código Tributário Municipal quanto ao pagamento de honorários advocatícios, em virtude de sua matéria e da ausência do autor, o projeto permaneceu em aguardo de mais discussões e parecer da Procuradoria Legislativa, em ato contínuo, foi apresentando o Projeto de Lei nº 30/2025, de autoria do vereador Cabo Renato Abdala, que dispõe sobre o acréscimo dos §§ 2º e 3º ao art. 5º da Lei nº 5.216, de 21 de dezembro de 2012, a fim de incluir na isenção da lei citada, que institui a Contribuição de Iluminação Pública – CIP, os consumidores cujos imóveis estejam localizados em áreas que ainda não tenham o fornecimento do serviço de iluminação pública ou que permanecem escuras, por mais de 15 (quinze) dias, em virtude da interrupção do serviço, com a palavra, a Procuradoria Legislativa solicitou mais tempo para se manifestar, embora já vislumbre óbice na matéria, devido à falta do impacto por conta de renúncia de receita, realizada a observação e haja vista a ausência do autor, o projeto permaneceu em aguardo de mais discussões e respectivos pareceres, logo depois, foi apresentado Projeto de Lei nº 31/2025, de autoria do vereador Sargento Moreno, que dispõe sobre o cadastro municipal de veículos autônomos, bicicletas elétricas e ciclomoteres e dá outras providências, com a palavra, o autor informou que seu projeto propõe a criação de um Cadastro Municipal de Identificação, com o objetivo de facilitar a identificação desses veículos para fins de organização, segurança e proteção ao cidadão, realizadas demais considerações e após elogios à proposta, a Procuradoria Legislativa manifestou-se contrária ao prosseguimento da matéria, uma vez que esta usurpa competência exclusiva do Poder Executivo, ao dispor sobre sua estrutura organizacional, quando cria atribuições a órgãos subordinados ao Prefeito Municipal, mais precisamente, à sua Secretaria de Trânsito, Transporte e Segurança, consoante ao que foi exposto, a Comissão de Justiça e Redação seguiu o mesmo entendimento, exarando seu parecer desfavorável, sendo recomendado pela retirada da proposta legislativa e encaminhamento ao Poder Executivo como anteprojeto, assim como, com base no §3º do art. 37 do nosso Regimento Interno, pela rejeição da matéria e devolução à Presidência desta Casa de Leis, para que tome as providências regimentais que se fizerem necessárias, em seguida, foi apresentando o Projeto de Lei nº 32/2025, de autoria do vereador Cabo Renato Abdala, que dispõe sobre a proibição de reprodução de músicas impróprias em locais públicos, na realização de eventos públicos ou privados, com a palavra, a Procuradoria Legislativa recomendou o aprimoramento do texto e supressão de alguns dispositivos, para que sua redação esteja consoante aos preceitos constitucionais e possa prosseguir, realizada a ponderação e dada a ausência do autor, o projeto permaneceu em aguardo de mais discussões, após, foram apresentados os projetos de autoria do Poder Executivo, sendo eles, o Projeto de Lei Complementar nº 7/2025, que altera a Lei Complementar nº 540, de 28 de maio de 2024 e dá outras providências, cujo objetivo, segundo sua mensagem, é atender as necessidades da Administração Pública Municipal, criando 2 funções gratificadas para execução de serviços especiais alheios às atribuições do cargo efetivo, isto é, neste caso, será concedida para quem executar serviços de diagnóstico de falhas, testes de pressão e vazamento, limpeza e higienização, instalação, manutenções e reparos em sistemas de ar condicionado, bem como possuir o certificado necessário e o Projeto de Lei Complementar nº 8/2025, que dispõe sobre alteração da Lei Complementar nº 104, de 06 de agosto de 2007, cujo objetivo é, segundo sua mensagem e considerando o crescimento demográfico do município, alterar o Anexo II da citada lei complementar, com vistas a alterar o território de atuação da Equipe de Saúde da Família e Equipes de Atenção Primária à Saúde dentro dos

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

parâmetros definidos pela Portaria nº 3.493/2024 do Ministério da Saúde, em virtude da ausência de algum representante do Poder executivo e por restar algumas dúvidas, ambas as propostas permaneceram em aguardo de seus respectivos pareceres, logo depois, foi apresentado o Projeto de Decreto Legislativo nº 4/2025, de autoria do vereador Emerson Pereira, que susta a aplicação dos incisos VI e VIII a que se refere o art. 2º do Decreto Municipal nº 8.661, de 12 de dezembro de 2012, com a palavra, o autor justificou que seu projeto propõe a sustação de alguns incisos do Decreto Municipal, que disciplina quais serviços prestados pelo Município serão realizados por meio do pagamento de tarifa, justificando que o Poder Executivo exorbitou seu poder regulamentar ao cobrar por um serviço cuja contraprestação deve ser isenta ou instituída por lei (taxa), em virtude de sua matéria, foi sugerido antes de examinar a iniciativa da matéria, bem como sua constitucionalidade, convidar o Secretário da Fazenda para que possa ser debatida a proposta e entender a prática realizada pela Administração, seguidamente, foi apresentado o Projeto de Resolução nº 2/2025, de autoria do vereador Dr. Leandro, que dispõe sobre a criação de comissão especial destinada à realização de estudos para a viabilidade da instituição da polícia municipal no município de Votuporanga e dá outras providências, em virtude do projeto seguir os requisitos regimentais, isto é, regula assunto de economia interna desta Casa de Leis, possui finalidade e número de membros especificados, assim como indica o prazo para conclusão dos trabalhos, recebeu o parecer da Comissão de Justiça e Redação pelo prosseguimento, embora tenha a Procuradoria Legislativa ressalvado e recomendado a apreciação da matéria somente em momento mais oportuno, em virtude desta ser correlata ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 2/2025 em tramitação, que dispõe sobre a alteração do artigo 163 da Lei Orgânica do Município de Votuporanga, de autoria dos vereadores, Dr. Leandro, Emerson Pereira, Marcos Rogério Braz, Natielli Gama, Vilmar Ferreira da Silva e Walter José dos Santos, cujo objetivo é alterar a redação do art. 163 de “O Município poderá constituir a guarda municipal, obedecidas as disposições contidas na legislação federal pertinente” para “Fica criada no Município a Polícia Municipal, obedecidas as disposições contidas na legislação federal pertinente”, haja vista que a intenção do projeto ainda é motivo de discussão quanto sua constitucionalidade em instâncias superiores, o que deixou esse último ainda em discussão, finalmente, foi lembrado que o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 1/2025, de autoria dos vereadores Dr. Leandro, Emerson Pereira, Cabo Renato Abdala, Carlos Alberto de Assis, Gilmar Aurélio, Marcos Rogério Braz, Natielle Gama, Sérgio Adriano Pereira, Vilmar Ferreira da Silva e Walter José dos Santos, que dispõe sobre a criação de emendas impositivas na Lei Orgânica do Município de Votuporanga-SP, encontra-se com seus devidos pareceres favoráveis e em aguardo da 1ª discussão em Plenário, sem haver mais nada a ser discutido, a deliberação foi finalizada e a reunião foi encerrada, ficando os projetos com pareceres exarados aptos para deliberação em Plenário e podendo, pelo Presidente da Câmara, serem pautados na próxima Sessão Ordinária. Fica registrado que, em comum acordo entre a Presidência e líderes de Partidos, o vereador suplente Ricardo Gonçalves dos Santos assumiu as vagas nas Comissões Permanentes e na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar ocupadas pelo vereador licenciado Leonardo da Silva Brigagão. Nada mais a constar, Eu, Larissa Marta Silva Cardoso, Secretária de Coordenação de Comissões Permanentes, lavro a presente ata que vai assinada pelos Vereadores de suas respectivas Comissões, bem como demais Vereadores presentes. Votuporanga, data supra. (A PRESENTE ATA É UM BREVE RESUMO DA REUNIÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES REALIZADA NA DATA DE 12 DE MARÇO DE 2025)

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

